

#087 | 14 de janeiro de 2024

Análises de Cenários, Ensaios, Tendências

A VÍRGULA

Para não errar na interpretação dos fatos políticos

#087

GUERRA CULTURAL Volta ao passado, olho no futuro

Em evento para lembrar um ano de 8 de janeiro, o presidente Lula celebrou a democracia, mas ao mesmo tempo aproveitou seu discurso no Congresso Nacional para fomentar a polarização, gestar o inimigo e incentivar a guerra cultural com discurso retórico: temas como urnas eletrônicas e a dicotomia liberdade de expressão x vacina

ENTREVISTA

Etnógrafo, David Nemer afirma que regulação das redes patina em Congresso conservador
Pág. 6

SUPREMO

Lula escolheu o STF para terminar de arar a terra e não correr ricos no exercício do poder
Pág. 15

ARTIGO

Cientista político argentino, Eduardo Rivas avalia um mês de Javier Milei na presidência
Pág. 19

GUERRA CULTURAL | Volta ao passado, olho no futuro

Democracia. Democracia. Democracia. Democracia. Democracia. Foi um longo vídeo com Lula, artistas famosos, cidadãos e personalidades repetindo a palavra à exaustão e defendendo o direito à soberania do povo, belo conteúdo divulgado pelos canais de comunicação do Governo Federal.

Havia razão: aquele dia, 8 de janeiro, na última segunda-feira, completava um ano após vândalos invadirem as principais instituições do país em Brasília, numa tentativa de golpe frustrada e que escandalizou todos os brasileiros.

Três dias antes da data histórica, a ser lembrada para não mais acontecer, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, personagem notável no enredo, garantiu à revista *Veja* que daria nota 10 para a estabilidade política no Brasil. Mas o cenário polarizado e o incentivo mútuo à guerra cultural não cessaram, nem nos eventos oficiais e, muito menos, nas redes sociais.

Pesquisa da Genial/Quaest mostrou que 90% dos Brasileiros condenam os atos de 8 de janeiro de 2023 – afinal, apenas poucos teriam coragem de apoiar evento de tamanho vandalismo. Mas a polarização político-afetiva está assustadoramente estabilizada. A mesma pesquisa indica que o fato de o ex-presidente Bolsonaro ter ou não influência na invasão aos Três Poderes divide opiniões: 47% acreditam que ele apoiou, e 43% que não.

Outro indicador que mostra esse cenário equilibrado está registrado no livro “Biografia do Abismo”, dobradinha do cientista político, professor e sócio-fundador da Quaest, Felipe Nunes, e do jornalista e mestre em ciência política Thomas Traumann.

GUERRA CULTURAL | Volta ao passado, olho no futuro

A Quaest, em pesquisa nacional usando 2 mil entrevistados, investigou se as pessoas conheciam o caso das joias envolvendo o presidente Bolsonaro. O resultado: 88% responderam que, sim, tomaram conhecimento; e, desses 88%, 62% consideraram Bolsonaro culpado.

Mas o mais impressionante veio depois: quando feita a pergunta sobre a intenção de voto se a eleição fosse hoje, mesmo com todos esses acontecimentos no radar, “a resposta desenhou resultado semelhante ao cenário eleitoral de 2022: se a eleição fosse em setembro de 2023, 53% votariam em Lula, e 47% em Bolsonaro”.

Foi dentro dessa perspectiva que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conduziu seu discurso no evento “Democracia Inabalada: em memória do 08/01”, celebrado no Congresso Nacional na última segunda.

Lula exaltou a bolha de liberais sociais que pendularam para seu lado; utilizou a retórica da guerra cultural para sustentar a polarização, de modo a retroalimentar a estabilidade proporcionada pela frente ampla; e ainda concluiu com recado de olho no futuro.

Aos detalhes. “Eu queria saudar a todos os brasileiros que se colocaram acima das divergências para dizer um eloquente ‘não’ ao fascismo”, iniciou o presidente, cortesia aos eleitores que não votariam no PT, mas o fizeram



GUERRA CULTURAL | Volta ao passado, olho no futuro

em 2022 pela adesão à frente ampla, a bolha “mínima” que decidiu as eleições.

Dedicou um parágrafo a exaltar a “vontade soberana do povo”, base da democracia. Afinal, aceitar a derrota é condição do processo democrático. Não aceitar a vitória, como ocorreu, é “o primeiro passo adotado em aventuras golpistas”, diz o professor João de Castro Rocha em sua obra “Guerra Cultural e Retórica do Ódio” (2021).

Mas Lula logo iniciou o ataque polarizado:

“A esta altura, o Brasil estaria mergulhado no caos econômico e social; o combate à fome e à desigualdade teriam voltado à estaca zero; nosso país estaria novamente isolado do mundo; e a Amazônia em pouco tempo reduzida a cinzas para a boiada e o garimpo ilegal passarem. Adversários políticos e autoridades constituídas poderiam ser fuzilados ou enforcados em praça pública, a julgar por aquilo que o ex-presidente golpista pregou em campanha e seus seguidores tramam nas redes sociais”, fuzilou Lula.

O presidente, seguindo a linha, aproveitou a popular dicotomia liberdade de expressão x vacina. Observou que essa tal “liberdade não é uma autorização para espalhar mentiras, o que pode ter levado centenas de milhares de brasileiros à morte por Covid”.

Recentemente, estudo publicado na revista científica *Biomedicine & Pharmacotherapy* registrou que 17 mil mortes podem estar relacionadas ao uso de hidroxiclороquina no tratamento de pacientes hospitalizados com Covid-19 durante a primeira onda da pandemia, em 2020, em seis países: Bélgica, França, Itália, Espanha, Turquia e Estados Unidos. A

GUERRA CULTURAL | Volta ao passado, olho no futuro

informação, amplamente repercutida pela imprensa brasileira e nas redes sociais, trouxe a situação do Brasil à tona. Ruim para Bolsonaro, Lula aproveitou.

O chefe do Executivo nacional também citou as urnas eletrônicas, claro, desafiando os incrédulos (leia-se filhos de Bolsonaro) quanto à idoneidade do processo eleitoral a entregarem os respectivos mandatos.

E mais: em determinado momento do discurso, o presidente indicou não querer “largar o osso” tão facilmente: “Estamos nessa caminhada e chegaremos mais longe se caminharmos de braços dados”, convocou Lula.

Enquanto o presidente cutucava de um lado, a extrema direita tomava as redes sociais para tentar equilibrar a batalha. E teve sucesso: levantamento da consultoria Bites, a pedido de *O Globo*, mostra que os esforços do presidente Lula e de representantes dos Poderes para lembrar os atos golpistas de 8 de janeiro tiveram impacto menor no X (antigo Twitter) que postagens de bolsonaristas sobre a destruição em Brasília.

Segundo a divulgação do jornal, “das 25 postagens mais compartilhadas no X, 20 partiram de contas de apoiadores de Jair Bolsonaro e reúne críticas ao evento realizado no Congresso, discursos com o objetivo de negar o teor golpista dos atos no ano passado e outras leituras sobre o 8 de janeiro. Apenas as outras cinco publicações com maior impacto tiveram como tônica a defesa das instituições democráticas”.

A guerra cultural e a polarização, portanto, seguem ditando o cenário político brasileiro, e reforçam ainda outro debate engatinhando em termos efetivos no país: a regulação das redes sociais.

■ ENTREVISTA

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

Em entrevista a este **A Vírgula**, o professor David Nemer vê com preocupação falta de regulação no ambiente virtual e alerta: “Inteligência Artificial vai afetar de forma igual progressistas e conservadores”



David Nemer

Etnógrafo, antropólogo, escritor e pesquisador que liderou, em 2018, a investigação relacionada à produção e distribuição de notícias falsas nas redes sociais. Colunista de **A Vírgula**

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

Em um cenário político conturbado e marcado por eventos significativos, como o aniversário de um ano dos atentados terroristas de 8 de janeiro, as redes sociais assumem papel crucial na formação de opinião e na disseminação de informações.

Para compreender melhor essas dinâmicas, conversamos com o professor universitário David Nemer, referência em antropologia da informática, que estuda como a tecnologia transforma comunidades e também é autor do livro "Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil" (2022).

Diante do grande impasse sobre a regulação das redes sociais, em 2024 teremos o poderoso incremento da Inteligência Artificial. Nemer expressou preocupação com a dificuldade de avanços nesse sentido, mencionando o conservadorismo do Congresso em relação à regulação das Big Techs. Ele destaca a falta de consenso e a necessidade de eventos impactantes para impulsionar mudanças, citando o PL 2630/2023.

Com influência crescente, as Big Techs buscam operar acima de regulações estatais. Situação que amplia a necessidade de um debate sobre a quebra do monopólio dessas empresas para criar uma internet mais plural.

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

A Vírgula: Verdade que não dá para igualar a guerra cultural traçada pelo bolsonarismo ao cenário do governo Federal até então. Todavia, a insistência de Lula em fomentar a polarização e, conseqüentemente, a mesma guerra cultural traçada por seu adversário não pode prejudicar um programa de governo consistente?

David Nemer: Não vejo Lula como polarizador em relação ao que aconteceu no 8 de janeiro. Ao meu entender, e acredito que de todos aqueles que repudiaram os ataques terroristas, o presidente vem relatando o que de fato aconteceu. Ele falou o que todos nós vimos. Mas é claro que uma parcela da extrema-direita jamais vai acreditar no que ele falar e mesmo que o próprio Bolsonaro admita que o que aconteceu foi criminoso, as pessoas que o apoiam não vão admitir porque o bolsonarismo é maior que a figura do próprio Bolsonaro. As pesquisas mostraram que a grande maioria da população brasileira repudia os ataques terroristas e viu aquilo como uma tentativa de golpe. Então, vejo o Lula fazendo incisões muito fortes, já que é um evento que requer um posicionamento extremamente forte, sem possibilidade de abrandamento. É claro que o outro lado da política, da extrema-direita, vai ver isso como polarização, mas todas as demais pessoas não vão ver assim. Um bom exemplo é o do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Uma pessoa de centro-direita que foi às redes sociais e se posicionou de maneira muito forte contra tudo

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

que aconteceu em 8 de janeiro. Então, não vejo uma crítica do centro político sobre esta posição de Lula, mesmo que ela não tenha ganhado apoio público dessas pessoas, não houve crítica e muito menos apoio a essas teorias da conspiração por parte da maioria das pessoas.

A regulação das redes sociais foi assunto trazido pelos chefes de Poderes no evento que lembrou um ano do 8 de janeiro. Mas o discurso anda incompatível com ações efetivas. Entende a possibilidade de haver algum avanço nesse sentido em 2024 ou o debate deve continuar travado?

Então, da forma que o PL 2630/2023 ficou conhecido, como o PL das Fake News, fica muito difícil depender desse Congresso e acreditar em alguma mudança favorável à regulação das redes. A gente sabe que é uma proposta que vai muito além de desinformação; uma proposta que trata principalmente da regulação das Big Techs. Mas, infelizmente, o Congresso que a gente tem é extremamente conservador e entende a regulação das redes sociais como censura. No ano passado houve um momento importante com possibilidade de aprovação do projeto em razão dos ataques às escolas, momento em que a população ficou em choque e, com isso, cobrou dos políticos uma ação para que essa situação fosse interrompida. Mas a proposta não foi à frente e o PL sequer foi colocado em votação. O deputado federal Orlando Silva (PC do B), o relator da proposta, não

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

conseguiu nem colocar em votação com medo de uma derrota. Então, em casos de projetos importantes como esse precisamos no Brasil de alguns gatilhos. Naquela oportunidade foram os ataques às escolas e, em 2013, quando foi aprovado o Marco Civil da Internet, foram as revelações de Edward Snowden sobre os casos de espionagem ao Brasil. O 8 de janeiro seria outro gatilho, mas desta vez não foi suficiente para a aprovação. Para este ano, não acredito que teremos algum evento forte o bastante para mudar esta realidade.

Apesar disso, teremos em 2024 o grande desafio da Inteligência Artificial. Com mecanismos cada vez mais robustos e de fácil acesso, como evitar que afete negativamente os resultados das eleições?

A popularização do uso da Inteligência Artificial pode ser uma avenida na regulação das Big Techs. Todos nós estamos vendo os avanços exponenciais das redes sociais neste aspecto e um tanto quanto fora de controle já que não há regulamentação no mundo inteiro. Elas estão cada vez mais acessíveis ao público em geral, permitindo que qualquer um faça qualquer tipo de alteração em vídeos e falas de autoridades, manipulando principalmente áudios. E o Brasil é um dos países que mais utiliza o WhatsApp, sendo o áudio uma forma de mensagem que circula muito. Então, isso está perigoso e pode comprometer uma eleição. Sabendo da importância e do poder dessa ferramenta, acho que está

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

aí uma possibilidade de regulamentação porque tanto o lado progressista quanto o conservador não querem ver suas falas manipuladas. O exemplo mais recente é o do Padre Júlio Lancelotti, que teve imagens manipuladas que o mostravam segurando drogas, com ratos e cerveja na mão, além de um vídeo em que foi acusado de pedofilia. Vejo este tema como algo que preocupe de forma igual os dois lados. E a grande questão é: como vou regular isso? E a gente sabe da morosidade de se passar políticas públicas no Brasil e, pelo andar da carruagem, não teremos uma regulamentação breve, muito menos já valendo para as eleições de 2024. Acredito que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai ter muito trabalho pela frente.

Em 2021, em artigo publicado na revista Carta Capital, você analisou a crise por qual passou o Facebook na época, com denúncias de funcionários sobre falta de políticas que combatam desinformação, além de cuidados com a saúde mental de crianças e adolescentes. Quase três anos depois, houve algum avanço na regulação dessas empresas?

Não houve avanço substancial porque essa falta de cuidado e regulação é basicamente o modelo de negócios das Big Techs. Elas não querem comprometer os algoritmos, que fazem com que elas sejam lucrativas, em prol de um ambiente mais humano e racional. Vemos com frequência relatórios dessas empresas falando

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

sobre moderação de conteúdo e derrubada de contas falsas, mas esta não é a forma mais eficiente de fazer esse controle. Não adianta fazer uma moderação de conteúdo quando você tem um algoritmo que prevalece justamente o tipo de conteúdo que eles querem moderar. Não vejo um incremento ou um esforço maior para diminuir esses problemas que já foram apontados há três anos.

A percepção generalizada é de que o Facebook é, na verdade, a internet. E realmente grande parte das pessoas veem as redes sociais com a própria internet. Que esforços podem ser realizados para mudar essa realidade e a quem cabe a responsabilidade?

Uma das questões mais discutidas nos EUA é sobre a quebra do monopólio dessas redes. São praticamente quatro empresas dominando todo o ambiente virtual. Pensar a internet fora desse monopólio é muito difícil até por uma questão da competição. O Google é o dono do Gmail, do Youtube e é também a maior ferramenta de buscas online; por outro lado a Meta reúne as principais redes sociais do mundo e as mais utilizadas no Brasil. Temos praticamente uma formação de cartel que precisa de um debate mais amplo e engajado; que leve a uma internet mais plural e não na mão de quatro ou cinco empresas.

Podemos dizer que a influência das Big Techs está acima dos Estados nacionais e das legislações de cada país?

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

Essa é a grande intenção delas, né? As Big Techs odeiam a ideia de Estado por entenderem que estão um pilar acima das regulações. É justamente acreditar que são o quarto Estado dentro da sociedade e que por isso devem se autorregular. Querem entender por conta própria qual é a melhor forma de gerenciar os seus serviços, sem ninguém mais podendo interferir. Isso é muito perigoso e elas estão com uma influência muito grande, a ponto de ficar muito difícil ter qualquer título de ação que vá tentar controlar um pouco essas Big Techs, e mesmo que os grandes países tentem de forma muito firme a regulação.

É possível medir o grau de influência das notícias falsas propagadas livremente nas redes sociais nas decisões tomadas pelas pessoas? Ainda que as mesmas não se confirmem, uma vez que não são reais, você poderia dizer por que motivos muitos seguem acreditando nessa realidade paralela?

O que predomina aqui é a confirmação do viés pessoal. Todo aquele tipo de informação que venha confirmar uma crença pessoal será compartilhada, principalmente em um debate onde essa informação, falsa ou não, pode confirmar determinado argumento. Então não é mais sobre a verdade, é sobre o seu próprio sentimento em relação a determinado assunto. A desinformação é sempre sobre sentimentos. Por isso que o que mais viraliza é o que provoca raiva, medo, ansiedade... ou

Um ano após o 8 de janeiro, regulação das redes patina em Congresso conservador e refém das Big Techs

seja, apenas emoções negativas. E os algoritmos já entenderam isso e propagam essas informações que vão gerar grande engajamento. Assim, quando as pessoas, mesmo que desconfiadas, são apresentadas a essas informações, elas automaticamente as compartilham sem muita preocupação com ser ou não real.



Com o Supremo, com tudo?

Incoerências, preparação de terreno, Centrão, STF e o jogo do presidente Lula até este janeiro de 2024

COM O SUPREMO, COM TUDO?

Pergunta polêmica. Mas este foi o caminho escolhido, pelo menos até então, por Lula em seu terceiro mandato à frente da Presidência da República: a prioridade para o presidente foi arar a terra e não correr riscos no exercício do poder.

Verdade que ele venceu (Haddad), por exemplo, com a aprovação da Reforma Tributária, momento histórico. Mas passou longe do discurso progressista que sustentou sua eleição.

Lula entrou de cabeça no presidencialismo de coalizão para ter chance com o hoje poderoso Congresso; demitiu mulheres e evitou indicá-las em troca de apoio e proteção. Não deu exatamente certo: o União Brasil, partido contemplado com três cargos no alto escalão, não tem votado a favor de Lula com o peso de quem ganhou tanto prestígio.

Pois então Lula levou um ministro político (Flávio Dino) ao STF e, agora, trouxe um Jurista (Ricardo Lewandowski) para o Governo, de modo a operar outra ofensiva: troca-troca como forma de ter controle sobre aquela Corte e mandar poderoso recado ao empoderado Congresso – nada fora da curva.

Roosevelt alterou a Suprema Corte para tocar o New Deal. No ocidente, em razão da composição de tribunais constitucionais, estes se transformam em arena

COM O SUPREMO, COM TUDO?

política privilegiada para a decisão de conflitos. Lula está entendendo o jogo, ao contrário do republicanismo que marcou seus dois primeiros governos e os de Dilma. Presidentes, que possuem a prerrogativa constitucional de nomear, o fazem com pessoas escolhidas por ele. **Nos Estados Unidos, presidente Republicano só nomeia Juiz Republicano; e presidente Democrata, apenas juízes Democratas.**

E assim evocamos mais um significado ao polêmico “com supremo, com tudo...”

Sigamos. “Lula escolheu o Supremo”, escreveu Bruno Boghossian, colunista da *Folha de S.Paulo*. E emendou: “A nomeação de Lewandowski reforça o entendimento de que Lula resolveu governar com o STF. Com a entrada de um ex-integrante da Corte no primeiro escalão, o presidente estreita uma aliança com a qual espera garantir estabilidade e se contrapor a um Congresso poderoso e frequentemente indócil”.

Indócil, principalmente, porque tem sido regido pelo fisiologismo do Centrão, que precisa ser constantemente driblado. O cientista político Cláudio Couto, por exemplo, já sugere atualização do conceito: de presidencialismo de coalizão para presidencialismo de coação, ou submissão.

Na outra ponta, as incongruências caminham. Na história de 2023 de indicações ao STF, a sociedade cobrou do

COM O SUPREMO, COM TUDO?

presidente que fizesse Justiça a seu discurso de posse e indicasse uma mulher negra à Corte. Não aconteceu e, agora, o STF tem apenas Cármen Lúcia no colegiado.

Cogitou-se, então, a nomeação de uma mulher no lugar de Dino para o Ministério da Justiça. Não só falhou como veio um homem branco com histórico de decisões favoráveis a Lula.

O presidente ainda se eximiu da responsabilidade e delegou a Janja, sua esposa, a tarefa de cobrar de Lewandowski a inclusão de mulheres no Ministério da Justiça, com declaração estratégica sobre o assunto para a imprensa.

Por fim, outra incoerência. O futuro ministro da Justiça garantiu que a prioridade da pasta é a Segurança Pública, área com a qual ele não tem intimidade. Mais que a intimidade, entretanto, o contexto mostra mais uma vez que o lado progressista procura manter, afora no discurso, distância abissal da gravidade do tema “segurança pública”.

■ ARTIGO

Um mês de Javier Milei: legalidade versus legitimidade

Ninguém questiona a legalidade e legitimidade de que goza Milei, mas é necessário ir além na análise, já que o apoio de 56% não apenas é heterogêneo, mas também resulta de uma eleição no segundo turno, quando o vencedor sempre supera os 50%



Eduardo Rivas

Cientista político argentino

Um mês de Javier Milei: legalidade versus legitimidade

Como imaginamos antes de sua eleição, a chegada ao governo de Javier Milei supunha um desafio, dada a limitadíssima estrutura de poder institucional na qual ele se sustentava. Um mês como presidente e essa realidade já começa a cobrar o preço.

Ninguém questiona a legalidade e legitimidade de que goza Milei, mas é necessário ir além na análise, já que o apoio de 56% não apenas é heterogêneo, mas também resulta de uma eleição no segundo turno, quando o vencedor sempre supera os 50%. O problema reside no fato de que Milei e muitos de seus apoiadores duvidam da legitimidade da qual gozam dos legisladores argentinos.

O sistema é renovado pela metade na Câmara dos Deputados e por um terço no Senado a cada dois anos, de modo que a configuração atual é uma mistura da realidade (e humor) política atual e de dois anos atrás na Câmara Baixa, além de semelhante, até quatro anos atrás, na Câmara Alta. Isso contribui para o equilíbrio de poder, impedindo que uma maioria circunstancial possa influenciar significativamente o país.

Diante desse contexto, o presidente Milei optou por emitir um Decreto de Necessidade e Urgência, medida prevista para momentos de excepcionalidade e usada nos últimos 40 anos apenas por Raúl Alfonsín, que operou mais de 600 artigos abordando as mais diversas temáticas, muitas delas nem necessárias, nem urgentes de serem tratadas dessa forma.

Um mês de Javier Milei: legalidade versus legitimidade

O avanço excepcional de Milei, então, resultou na intervenção da Justiça, que já suspendeu trechos da norma, e na reclamação de legisladores, que se sentem menosprezados pelo chefe do Executivo. A segunda medida do presidente foi o envio ao Congresso de uma lei abrangente que também abordava múltiplas áreas, desde a transferência de competências parlamentares – o que, segundo muitos especialistas, desembocaria na concentração de poder nas mãos de uma pessoa, algo proibido pela Constituição Nacional – até privatizações de todas as empresas públicas: absolutamente todas.

A lei também inclui a reforma eleitoral para eliminar o princípio de representatividade de maiorias e minorias e a liberalização da exploração pesqueira no espaço econômico exclusivo.

Como era de se esperar, ao mexer no vespeiro de tantos interesses os debates são árduos, principalmente considerando que o presidente propõe um tratamento de choque de 10 dias e uma aprovação de tudo ou nada, exceto por pequenas concessões, como retirar um artigo que exigia permissão prévia das autoridades para qualquer reunião de três ou mais pessoas em espaço público.

Porque o que está em discussão, em última instância, é se o Presidente tem a legitimidade para avançar com esse plano de reformas. Aqueles que o apoiam estão

Um mês de Javier Milei: legalidade versus legitimidade

convencidos de que o percentual de 56% obtido no segundo turno, depois de ter terminado em segundo lugar no primeiro, é suficiente para seguir nessa direção e que o restante das forças políticas e legisladores devem compreender a nova realidade social e agir em conformidade.

No entanto, nas eleições em que foram decididos os 127 deputados que ingressariam na Câmara este ano, La Libertad Avanza, partido do Presidente, obteve apenas 34 deputados, reduzindo assim o discurso da 'exigência' de apoio às ações do Presidente. **Os mesmos legisladores possuem a mesma legalidade, mas legitimidades diferentes, uma vez que representam diferentes segmentos da sociedade, muitos dos quais estão em oposição ao pensamento do presidente – e a função desses legislares é serem porta-voz de seus representados no Parlamento.**

Já os congressistas de oposição, inclusive aqueles que se autodenominam opositores e agora se percebem como pseudo-oficialistas, devem representar os eleitores da oposição, não devendo ser subordinados a um projeto alheio que não representa seus representados. Isso, tão claro e simples de entender na ciência política, pretende ser anulado pela prepotência dos fatos. Muito do futuro da Argentina dependerá de como essa disjunção será resolvida.



A VÍRGULA #087

Boletim semanal produzido por
Fernando Carreiro
Imagem Comunicação Inteligência



Fernando Carreiro
Diretor Editorial

Com textos, análises e colaboração de:



Felipe Izar Xavier
Editor-Executivo



Leonardo Quarto
Editor



Marcelo Siano Lima
Consultor



Rodrigo Medeiros
Colaborador

Confira todo nosso acervo em
www.fernandocarreiro.com.br/avirgula

fernando carreiro,
imagem comunicação *inteligência*
faz diferença